



4º SIMULADO

INÉDITO PROGRESSIVO



Estratégia
Carreira Jurídica

4º Simulado Progressivo

Regulares para Delegado de Polícia – 10/04/21

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Delegado de Polícia Civil;
- 2 – A prova contém 100 itens que abordam conhecimentos cobrados em editais de concursos da área;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil de concursos da área, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Delegado-10-04>

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) | 61 – (A) (B) (C) (D) (E) | 81 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) | 62 – (A) (B) (C) (D) (E) | 82 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) | 63 – (A) (B) (C) (D) (E) | 83 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) | 64 – (A) (B) (C) (D) (E) | 84 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) | 65 – (A) (B) (C) (D) (E) | 85 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) | 66 – (A) (B) (C) (D) (E) | 86 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) | 67 – (A) (B) (C) (D) (E) | 87 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) | 68 – (A) (B) (C) (D) (E) | 88 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) | 69 – (A) (B) (C) (D) (E) | 89 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) | 70 – (A) (B) (C) (D) (E) | 90 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) | 71 – (A) (B) (C) (D) (E) | 91 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) | 72 – (A) (B) (C) (D) (E) | 92 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) | 73 – (A) (B) (C) (D) (E) | 93 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) | 74 – (A) (B) (C) (D) (E) | 94 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) | 75 – (A) (B) (C) (D) (E) | 95 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) | 76 – (A) (B) (C) (D) (E) | 96 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) | 77 – (A) (B) (C) (D) (E) | 97 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) | 78 – (A) (B) (C) (D) (E) | 98 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | 59 – (A) (B) (C) (D) (E) | 79 – (A) (B) (C) (D) (E) | 99 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 40 – (A) (B) (C) (D) (E) | 60 – (A) (B) (C) (D) (E) | 80 – (A) (B) (C) (D) (E) | 100 – (A) (B) (C) (D) (E) |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. A Constituição Federal descreveu o processo legislativo de sete espécies normativas primárias. Na criação de algumas dessas espécies, há a participação do Presidente da República, mas há também aquelas construídas tão somente pelo Poder Legislativo, sem nenhuma atuação do Executivo. Dentre as assertivas abaixo, indique aquela que contém espécie normativa que pode ser criada sem nenhuma participação do Presidente da República.

- a) Emendas à Constituição Federal.
- b) Leis Complementares.
- c) Medidas Provisórias.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Leis Delegadas.

02. As medidas provisórias têm força de lei e são editadas pelo Chefe do Executivo em caso de relevância e de urgência. Trata-se de espécie normativa excepcional, com prazo de validade e com uma série de limitações materiais. Aponte a alternativa que contém assunto que pode ser disciplinado por medida provisória.

- a) cidadania.
- b) direito civil.
- c) direito processual penal.
- d) créditos adicionais e suplementares.
- e) organização do Poder judiciário.

03. Conforme disposto na Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, sem a sanção do Presidente da República,

- a) conceder anistia.
- b) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- c) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- d) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

04. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa incorreta:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

05. Acerca da organização constitucional do Poder Executivo, marque a alternativa incorreta:

- a) Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito.
- b) Os subsídios dos chefes do Executivo federal, estadual e municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do respectivo ente federativo, mediante decreto legislativo.
- c) Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, se antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- d) No Executivo, a eleição é majoritária, de maneira que serão considerados eleitos aqueles candidatos que, registrados por partido político, obtiverem a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- e) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

06. Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- b) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.
- c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

07. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação incorreta.

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercem no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.
- c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correccional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Embora seja órgão do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição, de maneira que a legalidade e a constitucionalidade de suas decisões poderão ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, quando provocado.

08. Conforme disposto na Constituição Federal, são princípios da ordem econômica, exceto:

- a) soberania nacional.
- b) busca do pleno emprego.
- c) livre concorrência.
- d) redução das desigualdades regionais e sociais.
- e) desenvolvimento nacional.

09. A respeito das finanças públicas, conforme disposto na Constituição Federal, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.
- b) O Banco Central não pode conceder empréstimo a entidade que não seja instituição financeira.
- c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão depositadas no Banco Central.
- d) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- e) Emissão e resgate de títulos da dívida pública são assuntos disciplinados por lei complementar.

10. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

11. No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

- a) Conforme entendimento sumulado, ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- b) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.
- c) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) Os agentes políticos, inclusive o Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

12. Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal sobre o tema Servidores Públicos

- a) A jurisprudência do STF exige processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende cabível o aumento de vencimentos de servidores públicos pelo Poder Judiciário.
- c) O direito ao auxílio-alimentação é extensível aos servidores inativos.
- d) Ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.
- e) Reitor de universidade é livremente demissível pelo presidente da república durante o prazo de sua investidura.

13. O secretário de segurança pública do Estado Delta removeu, de ofício, um delegado lotado em uma delegacia especializada na capital para uma nova lotação no interior do Estado. Apurou-se que a motivação do secretário era trocar o delegado responsável por um determinado inquérito policial. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O ato de remoção é nulo por abuso de poder, na modalidade desvio de poder, devendo ter a sua nulidade declarada pela própria Administração Pública, no exercício da autotutela, ou ser anulado pelo Poder Judiciário, quando provocado.
- b) O ato poderá ser revogado pelo Poder Judiciário em razão da nulidade por abuso de direito do secretário municipal.
- c) O ato de remoção é nulo por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, devendo ter a sua nulidade declarada pela própria Administração Pública, no exercício da autotutela, ou ser anulado pelo Poder Judiciário, quando provocado.
- d) O ato é válido, tendo em vista que cabe à autoridade competente promover a remoção de ofício para adequação do serviço.
- e) O ato é nulo por desvio de poder, tendo em vista que a autoridade que promoveu a remoção de ofício não possuía competência para praticar o ato.

14. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) assinale a alternativa correta

- a) Se o agente público for detentor de foro especial por prerrogativa de função, este deverá ser respeitado na ação por improbidade administrativa, não sendo viável o processo e o julgamento na primeira instância.
- b) Configura bis in idem a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.
- c) A sanção de suspensão dos direitos políticos pode ser executada provisoriamente
- d) O Presidente da República, os Ministros de Estado e os Ministros do STF não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, uma vez que se sujeitam a um regime de responsabilidade político-administrativa específico.

e) A aplicação da sanção de perda da função pública depende do trânsito em julgado da sentença condenatória.

15. Em relação à lei anticorrupção (lei 12.846/2013) assinale a alternativa correta

- a) A lei anticorrupção estabelece a responsabilização objetiva, administrativa e civil, das pessoas jurídicas pela prática de atos previstos na lei contra a Administração Pública nacional ou estrangeira, aplicando-se apenas às sociedades personificadas, e aquelas constituídas de fato ou de direito de modo definitivo.
- b) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, permitida a subdelegação, desde que autorizada pela autoridade máxima do órgão.
- c) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, desde que da colaboração resulte apenas a identificação dos demais envolvidos na infração.
- d) A lei anticorrupção é aplicável aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.
- e) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que poderá agir apenas mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

16. A respeito das disposições constitucionais concernentes aos agentes públicos, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta

- a) A função de confiança, exercida apenas por servidor ocupante de cargo efetivo, destina-se somente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- b) Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- c) A contratação temporária feita por ente da Administração é matéria que não depende lei, sendo suficiente decreto do Poder Executivo demonstrando a necessidade e o interesse público.
- d) Dentre as hipóteses de perda do cargo do servidor estável, previstas no art. 41, §1º da Constituição Federal, consta o excesso de despesas com pessoal.
- e) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ocupante deste cargo ficará em disponibilidade, sendo sustada a remuneração que percebia, restituindo-se a remuneração na hipótese de reaproveitamento do servidor em outro cargo.

17. Ainda com relação aos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) A condenação criminal do servidor por meio de sentença transitada em julgado acarreta o reconhecimento automático de sua responsabilidade nas esferas civil e administrativa.
- b) Os empregados das sociedades de economia mista são equiparados a funcionários públicos para fins penais.
- c) Para que ocorra provimento de vagas em qualquer cargo público, é necessária, em regra, a prévia aprovação em concurso público.
- d) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- e) As demandas relacionadas aos empregados públicos são processadas e julgadas pela Justiça do Trabalho.

18. Sobre o tema controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) A tutela administrativa, conhecida também como controle finalístico, é o controle exercido pela Administração direta sobre seus próprios órgãos.
- b) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal sob os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade integra o controle externo exercido pelo Poder Legislativo Federal com o auxílio do TCU.
- c) O exercício do controle judicial sobre os atos da administração pública abrange os exames de legalidade e de mérito desses atos, cabendo ao juiz anulá-los ou revogá-los.
- d) Não é possível a autotutela sobre os atos administrativos após a sua impugnação no Poder Judiciário.
- e) Quanto aos sistemas de controle da Administração Pública, o ordenamento brasileiro filiou-se ao sistema francês ou de dualidade de jurisdição, na medida em que vários órgãos colegiados administrativos possuem a função atípica de julgamento de recursos administrativos.

19. O controle exercido pelo Ministério Público sobre a polícia é do tipo:

- a) Interno
- b) Preventivo
- c) Finalístico
- d) Hierárquico
- e) Externo

20. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da regra constitucional do concurso público, é incorreto afirmar que
- a) É inconstitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização.
 - b) É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.
 - c) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
 - d) Não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou a ação penal, salvo se essa restrição for instituída por lei e se mostrar constitucionalmente adequada.
 - e) Não se pode cassar a aposentadoria do servidor que ingressou no serviço público por força de provimento judicial precário e se aposentou durante o processo, antes da decisão ser reformada.

DIREITO PENAL

CANCELADO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

36. Assinale a alternativa incorreta:
- a) No concurso de jurisdições da mesma categoria prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
 - b) No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação.
 - c) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, mesmo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
 - d) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.
 - e) A unidade do processo será mantida, mesmo se sobrevier doença mental a um dos corréus.
37. Assinale a alternativa incorreta:
- a) A unidade do processo não importará a do julgamento, se houver co-réu foragido que não possa ser julgado à revelia.
 - b) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
 - b) Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, ainda que no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, continuará competente em relação aos demais processos.
 - c) Reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, o juiz, se vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do júri, remeterá o processo ao juízo competente.
 - d) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

e) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela continência.

38. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, salvo se já estiverem com sentença definitiva.
- b) A precedência da conexão fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.
- c) A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal.
- d) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- e) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

39. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) Não haverá prioridade para realização do exame de corpo de delito.
- c) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- d) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- e) Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

40. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O exame de corpo de delito poderá somente ser feito durante o período de expediente da Polícia Científica, notificando-se o suspeito com antecedência mínima, se houver.
- b) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- c) Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.
- d) Em caso de exumação para exame cadavérico, a autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado.
- e) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.

41. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.
- b) Proceder-se-á, quando necessário, à avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.
- c) No caso de incêndio, os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor e as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato.
- d) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência.
- e) No caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições, a autoridade declarará nulo o laudo.

42. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado independentemente da presença de defensor, caso declare que não deseja fazer uso da defesa técnica.
- b) O interrogatório do réu preso será realizado, em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.
- c) Do interrogatório deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- d) Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.
- e) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

43. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Toda pessoa poderá ser testemunha.
- b) O depoimento será prestado preferencialmente de modo oral, sendo permitido, contudo, à testemunha trazê-lo por escrito.
- c) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.
- d) O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.
- e) As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho.

44. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- b) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- c) Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- d) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.
- e) Segundo orientação dos Tribunais Superiores, o juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.

45. Assinale a alternativa incorreta:

- a) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício, ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- b) Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo, e os casos de urgência ou de perigo deverão ser justificados e fundamentados em decisão que contenha elementos do caso concreto que justifiquem essa medida excepcional.
- c) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do parágrafo único do art. 312 deste Código.

d) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

e) A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar, observado o art. 319 deste Código, e o não cabimento da substituição por outra medida cautelar deverá ser justificado de forma fundamentada nos elementos presentes do caso concreto, de forma individualizada.

46. Assinale a alternativa incorreta:

a) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado.

b) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, independentemente da inviolabilidade domiciliar.

c) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.

d) Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.

e) O morador que se recusar a entregar o réu oculto em sua casa será levado à presença da autoridade, para que se proceda contra ele como for de direito.

47. Pedro comete um crime de roubo, que se consuma na cidade e comarca de Cascavel/PR. Em seguida ele empreende fuga em direção ao estado de São Paulo, em Presidente Prudente/SP, passando pelos Municípios de Corbélia/PR, Ubatã/PR, para despistar os policiais. A polícia o persegue durante todo o trajeto e consegue capturá-lo na cidade de Maringá/PR. Nesse contexto, o executor da prisão deverá apresentá-lo à Autoridade Policial de:

a) Cascavel/PR

b) Presidente Prudente/SP

c) Ubatã/PR

d) Corbélia/PR

e) Maringá/PR

48. Assinale a alternativa incorreta:

a) Quando a autoridade policial tiver fundadas razões para duvidar da legitimidade da pessoa do executor ou da legalidade do mandado que apresentar, poderão decretar a prisão temporária do réu, até que fique esclarecida a dúvida, respeitado o prazo máximo de 5 (cinco) dias.

b) Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas.

c) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do parágrafo único do art. 312 deste Código.

d) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

e) O morador que se recusar a entregar o réu oculto em sua casa será levado à presença da autoridade, para que se proceda contra ele como for de direito.

49. Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão mesmo após o trânsito em julgado da decisão condenatória:

- a) os ministros de Estado;
- b) os governadores ou interventores de Estados ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, os vereadores e os chefes de Polícia;
- c) os membros do Parlamento Nacional, do Conselho de Economia Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados;
- d) os beneficiários do programa bolsa família;
- e) n.d.a.;

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- b) Nas infrações instantâneas, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- c) Considera-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal;
- d) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
- e) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Alex Fadel

51. A Lei n.º 8.137/90 dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Com base nas suas disposições, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constitui crime contra a ordem econômica o abuso do poder econômico, eliminando totalmente a concorrência mediante a aquisição de acervos de empresas ou cotas.
- b) Há hipóteses em que os crimes contra as relações de consumo, previstos na Lei n.º 8.137/90, são punidos na modalidade culposa.
- c) Na situação hipotética de um dos crimes previstos na Lei n.º 8.137/90 ter sido cometido em coautoria, o coautor ou partícipe que, através de confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa, terá a sua pena reduzida de um a dois terços.
- d) Constitui crime contra as relações de consumo vender mercadoria cuja embalagem esteja em desacordo com as prescrições legais.
- e) Constitui crime contra as relações de consumo fraudar preços por meio de aviso de inclusão de insumo não empregado na prestação dos serviços.

52. À luz das previsões da Lei n.º 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) O delito de lavagem de capitais é um crime remetido, pois pressupõe um delito anterior, suposto, precedente.
- b) A primeira geração da tipificação do crime de lavagem de capitais assim o considerava se a conduta originária, precedente, fosse o crime de tráfico de drogas.
- c) A segunda geração da tipificação do crime de lavagem de capitais estipulava um rol de crimes anteriores, além do tráfico de entorpecentes, como necessários à configuração da lavagem de capitais.
- d) Na terceira geração, considera-se lavagem de capitais independentemente da natureza da infração penal anterior, pressuposta.

e) Para responder por lavagem de dinheiro, o autor deve ter sido também autor do crime antecedente.

53. À luz das previsões da Lei n.º 9.613/98, assinale a alternativa incorreta:

- a) O processo e julgamento do crime de lavagem de capitais prescindem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país.
- b) O juiz não poderá de ofício aplicar as medidas assecuratórias previstas no artigo 4ª da Lei.
- c) A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente.
- d) O crime de lavagem de capitais é autônomo em relação às infrações penais antecedentes, e não consta no rol dos crimes hediondos.
- e) Os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores admitem a forma tentada.

54. X era servidor público federal. Por diversas vezes participou de procedimentos licitatórios e recebeu valores em dinheiro para favorecer empresas. Estes valores eram imediatamente transferidos para a conta corrente do sobrinho, W, que os injetava na pizzaria de um vizinho, amigo da família. Toda essa transação era feita por X justamente para que ninguém ficasse sabendo das quantias obtidas por ele nas licitações. Diante dessas informações, pode-se afirmar que:

- a) X teria cometido o crime de lavagem de dinheiro, dentre outros, que será processado pela justiça estadual;
- b) X não teria cometido o crime de lavagem de dinheiro, pois tal conduta seria mero exaurimento do crime anterior, praticado quando do recebimento de valores durante a licitação;
- c) W não responde por crime algum, independentemente do seu dolo;
- d) X não teria cometido o crime de lavagem de dinheiro, pois não cabe a auto lavagem.
- e) X teria cometido o crime de lavagem de dinheiro, dentre outros, que será processado pela justiça federal.

55. Assinale a alternativa que não apresenta um crime contra o idoso previsto no Título IV, Capítulo II, do Estatuto do Idoso:

- a) Desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.
- b) Retardar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for interveniente o idoso.
- c) Induzir idoso sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens.
- d) Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres.
- e) Coagir, de qualquer modo, o idoso a outorgar procuração.

56. Com base no Decreto-Lei n.º 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e no entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A extinção do mandato do prefeito obsta a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do Decreto-Lei n.º 201/1967.
- b) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- c) Comete crime de responsabilidade o prefeito que desviar bens ou rendas públicas em proveito próprio ou alheio, sujeito ao julgamento pela Câmara dos Vereadores.
- d) Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
- e) Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário, constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

57. Com base no Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), é correto afirmar que:

- a) Os tipos penais dos artigos 12, 14 e 16, da Lei em estudo são mistos alternativos.
- b) Embora seja crime o porte de arma de fogo de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, portar ou possuir acessório ou munição de uso restrito nas mesmas condições não constitui crime.
- c) Há crime se o registro de arma de fogo existe, mas está com a validade vencida.
- d) As condutas previstas no §1º do artigo 16 do Estatuto do Desarmamento se referem somente aos casos de arma de fogo, munição ou acessório de uso restrito.
- e) Não comete crime o proprietário responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal a perda de arma de fogo.

58. Com base no Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), assinale a afirmativa incorreta:

- a) O delito de posse irregular de arma de fogo de uso permitido é de perigo abstrato.
- b) A conduta de emprestar a terceiro arma de fogo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, configura o crime de porte ilegal de arma de fogo.
- c) O crime de disparo de arma de fogo não admite a suspensão condicional do processo.
- d) Admite-se a propositura de suspensão condicional do processo ao crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- e) Aquele que modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito comete crime previsto no Estatuto do Desarmamento.

59. Analise a seguinte situação hipotética: Jean, motorista, foi abordado por policiais e, durante revista, a equipe policial encontrou uma arma de fogo de uso permitido, mas com a numeração raspada, escondida no porta-luvas do veículo. Ao ser questionado, o condutor esclareceu que não possui porte de arma de fogo, e nem tem o instrumento registrado em seu nome, dizendo que somente adquiriu o objeto para sua defesa pessoal. É correto afirmar que Jean:

- a) Cometeu crime de posse de arma de fogo de uso restrito.
- b) Cometeu crime de porte de arma de fogo de uso permitido (artigo 14).
- c) Não cometeu crime, visto que não utilizou a arma, apenas tinha adquirido para defesa pessoal.
- d) Cometeu crime de porte de arma com numeração raspada (artigo 16, §1º)
- e) Cometeu crime de comércio ilegal de arma de fogo.

60. Matheus, Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná, durante um dia de folga, envolveu-se em acidente de trânsito e, sem justo motivo, sacou sua arma de fogo e, com ela, efetuou um disparo para o alto. Ato contínuo, Matheus foi abordado e preso. Diante da situação hipotética apresentada, Matheus:

- a) Cometeu infração penal de menor potencial ofensivo.
- b) Não cometeu crime.
- c) Cometeu crime insuscetível de anistia, graça e indulto.
- d) Cometeu o crime de omissão de cautela.
- e) Cometeu crime de disparo de arma de fogo e, por ser delegado de polícia, poderá ter sua pena aumentada da metade.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

62. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- a) o ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem exclui a responsabilidade da concessionária/transportadora, pois configura ato exclusivo de terceiro;
- b) o Estado responde de forma objetiva quando a situação envolver atividade naturalmente perigosa, sendo irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva;
- c) pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo prescricional de três anos para ser requerida a indenização;
- d) a operadora de plano de saúde tem responsabilidade solidária por defeito na prestação de serviço médico em qualquer hipótese;
- e) a culpa exclusiva de terceiro não possibilita o afastamento, em qualquer caso, da responsabilidade objetiva.

63. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) inexistente, pois apenas há responsabilidade pelos atos comissivos.

64. O Corpo de Bombeiros foi acionado por vizinhos para socorrer um incêndio que ocorria na casa de César. Porém, para alcançar a entrada da casa em chamas, foi necessário derrubar uma parede do vizinho, tudo com a finalidade de salvar as vidas que corriam perigo no momento. Posteriormente, descobriu-se que o incêndio ocorreu porque César foi esquentar água no fogão para cozinhar um macarrão instantâneo e acabou dormindo no sofá da sala enquanto esperava. Em relação ao vizinho que teve seu muro derrubado, é correto afirmar que:

- a) não poderá requerer indenização, visto que foi um ato necessário para salvar a vida de Marcos Rogério;
- b) poderá requerer indenização, já que não deu causa ao incêndio;
- c) poderá ser indenizado pelo bombeiro que derrubou o muro, que responderá pessoalmente pelo prejuízo;
- d) Marcos Rogério não responderá por qualquer prejuízo, ainda que de forma regressiva;
- e) o caso narrado demonstra situação de abuso de direito por parte do bombeiro.

65. Uma grande represa situada no Estado X rompeu em razão da falta de manutenção e fiscalização pelos órgãos responsáveis, o que caberia principalmente ao Poder Público estadual. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) sendo caso de omissão, a culpa do Estado X deverá ser comprovada.

66. Ana foi contratada para realizar uma cirurgia de urgência em Paola, que estava sentindo dores abdominais. Feitos os exames preliminares, verificou-se que Paola estava sofrendo com uma crise de apendicite e que precisava retirar tal órgão imediatamente. Em razão de intercorrências durante a cirurgia, Paola acabou falecendo dois dias após a cirurgia. Com isso, averiguou-se as razões para a morte de Paola, verificando-se se houve culpa de Ana. Quanto a isso, são elementos necessários para a configuração da responsabilidade civil subjetiva:

- a) o dano, apenas;
- b) o nexo causal, a culpa e o ato ilícito;
- c) o fato jurídico, a ilicitude e o nexo de causalidade;
- d) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e a culpa;
- e) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e o abuso de direito.

67. Júlia estava caminhando na calçada de uma grande avenida quando foi atingida em sua cabeça por uma garrafa de vidro, o que lhe causou grande dor e resultou em uma pequena operação com 20 pontos de costura para conter o sangramento. Após alguma pesquisa sobre a origem da garrafa, descobriu que ela foi jogada por algum hóspede do Hotel Cabaña, que possuía uma varanda da área de lazer exatamente acima do local em que foi atingida pela garrafa. Sem ser possível identificar exatamente qual o hóspede que jogou a garrafa que a atingiu, é correto afirmar que Júlia:

- a) nada poderá fazer, já que não identificou a pessoa que jogou a garrafa;
- b) poderá acionar o Estado respectivo, pois é dever do Poder Público fiscalizar a atividade dos hotéis;
- c) poderá ajuizar eventual ação de reparação civil em até dez anos;
- d) poderá acionar diretamente o dono do Hotel Cabaña para que repare os danos a ela causados;
- e) o direito à reparação civil em benefício a Júlia prescreve em cinco anos.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

68. No tocante às sociedades empresárias, assinale a alternativa correta.

- a) Na omissão do contrato social, o sócio pode ceder total ou parcialmente suas quotas a quem seja sócio, independentemente da audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de 1/4 do capital social.
- b) Nas sociedades limitadas, o capital social pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais, pode ser formado por bens corpóreos ou incorpóreos, bem como serviços.
- c) Para a alteração do contrato social de uma sociedade limitada, a lei determina que as deliberações sejam tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital do social.
- d) O administrador da sociedade limitada pode ser nomeado no contrato social ou por ato separado, sendo que uma das consequências dessa distinção é que o administrador nomeado em contrato deve ser sócio.
- e) Nas sociedades limitadas, o capital social pode ser dividido apenas em quotas iguais.

69. Na alienação ordinária de bens ocorrida no processo falimentar, observa-se que

- a) o sócio da sociedade falida pode arrematar bens no processo falimentar, e referidos bens estarão livres de quaisquer ônus, não ocorrendo sucessão tributária e trabalhista.
- b) a presença do “parquet” é dispensável em qualquer modalidade de venda de bens na falência.
- c) empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho, e o arrematante não responde por obrigações decorrentes do contrato anterior.
- d) o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes do trabalho.
- e) A alienação ordinária de bens se dá por livre escolha dos credores em assembleia.

70. À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta a respeito de empresário e de sociedade empresarial.

- a) Empresários são tanto aqueles que exercem atividade econômica organizada quanto aqueles que exercem profissões intelectuais, científicas, literárias ou artísticas, ainda que estas atividades não constituam elementos da empresa.
- b) Pessoa que exercer atividade própria de empresário, apesar de legalmente impedida, não responderá pelas obrigações contraídas ao longo do exercício empresarial.
- c) Sócio que se tornar incapaz poderá, nessa condição, dar continuidade à empresa antes administrada por ele enquanto capaz, desde que seja representado ou assistido por seu tutor ou curador, independentemente de autorização judicial.
- d) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.
- e) Em regra, o empresário individual casado sob qualquer regime matrimonial dependerá de outorga conjugal para alienar imóveis que integrem o patrimônio da empresa.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

71. A Constituição Federal é um marco jurídico na proteção dos direitos humanos no Brasil. Em razão do contexto em que surgiu, nossa Carta Magna trouxe significativas mudanças em relação ao trato dos Direitos Humanos.

- a) Promover a dignidade da pessoa humana, princípio basilar de tantos direitos humanos, é considerado um dos objetivos da República Federativa do Brasil.
- b) Nas relações internacionais, o Estado brasileiro rege-se pelo princípio da prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos e intervenção nos casos de guerra declarada.
- c) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos para o progresso da humanidade.
- d) Os direitos e garantias positivados na Constituição Federal não esgotam a proteção à pessoa e, por isso, não excluem outros que sejam decorrentes, por exemplo, de tratados internacionais assinados pelo Estado brasileiro.
- e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm eficácia plena.

72. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, a Constituição admite o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Procurador-Geral da República, nos crimes federais, e ao Procurador-Geral de Justiça, nos crimes estaduais, suscitar perante o Superior Tribunal de Justiça o incidente de federalização.
- b) Admite-se o incidente de deslocamento de competência quando, em razão de obrigações assumidas em tratados internacionais sobre direitos humanos, haja a possibilidade de responsabilização do Estado brasileiro.
- c) Para que seja deferido o pedido de deslocamento de competência, é necessário que o incidente seja suscitado antes da judicialização do caso, ou seja, ainda na fase investigativa.
- d) Não é possível que seja suscitado o deslocamento da competência para a Justiça Federal na fase do

inquérito policial por tratar-se de fase pré-processual.

- e) Não é necessária a demonstração inequívoca da incapacidade das instâncias e autoridades locais em oferecer respostas às ocorrências de grave violação aos direitos humanos, bastando que a autoridade competente suscite o incidente.

73. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foi instituído pelo Decreto nº 7.037/2009 destacando-se por levar em consideração a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos. Com base nas disposições do Decreto, pode-se afirmar corretamente:

- a) O Programa é composto por vinte e cinco diretrizes distribuídas em seis eixos orientadores, devendo ser fortalecidos os direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.
 - b) A implementação do PNDH-3 compete exclusivamente aos responsáveis nele indicados, sendo vedada a realização de parcerias com outros órgãos federais.
 - c) As metas, prazos e recursos necessários para a implementação do PNDH-3 serão definidos e aprovados em Planos de Ação de Direitos Humanos anuais.
 - d) Os Estados, o Distrito Federal e o Municípios deverão desenvolver os próprios programas de direitos humanos, sendo descabida a sua adesão ao PNDH.
 - e) Apenas entes federativos podem desenvolver um programa de direitos humanos, sendo vedado aos Poderes da República aderirem ao PNDH.
-

74. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12.528/2011, com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos perpetradas em um determinado período histórico, denominado de Ditadura Militar, compreendido no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988. Com base na legislação pertinente, é correto afirmar:

- a) A Comissão era composta por 10 (dez) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.
- b) A lei vedava a participação de pessoas que exercessem cargos executivos em agremiação partidária, mas admitia aqueles que estivessem no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do Poder Público.
- c) A Comissão buscava, como um de seus objetivos, promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior.
- d) As atividades da Comissão não tinham caráter jurisdicional e, por isso, não era permitido requerer informações, dados ou documentos ao Poder Judiciário.
- e) As atividades desenvolvidas pela Comissão eram, em regra, sigilosas em razão dos conteúdos tratados e das pessoas envolvidas.

75. Considerando as disposições constitucionais e o posicionamento doutrinário majoritário, assinale a alternativa correta quanto aos tratados internacionais de direitos humanos e o controle de convencionalidade:

- a) Os tratados internacionais devem ser assinados, em regra, pelo Presidente da República. No entanto, em circunstâncias específicas, tal competência poderá ser delegada ao Procurador-Geral da República, ao Advogado-Geral da União ou ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.
- b) O Brasil adota o modelo da unicidade de vontade, visto que basta a assinatura e aquiescência do Chefe do Executivo, enquanto Chefe de Estado, para que os tratados internacionais sejam incorporados ao ordenamento jurídico.
- c) Atualmente, existem cinco tratados internacionais que foram incorporados à ordem jurídica interna com status de emenda constitucional: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo; Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.
- d) O controle de convencionalidade, assim como o controle de constitucionalidade, só pode ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) O controle de convencionalidade caracteriza-se pela utilização, enquanto parâmetro de controle, os tratados internacionais de direitos humanos constitucionalizados perante o nosso ordenamento jurídico

76. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Com base na lei e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A coabitação entre autor e vítima é requisito necessário para a configuração da violência doméstica e familiar.
- b) Aplica-se o Princípio da Insignificância aos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- c) Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando da prática de crime ou contravenção contra a mulher com violência ou grave ameaça em ambiente doméstico.
- d) O agressor não é obrigado a ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS) os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento da vítima em situação de violência doméstica e familiar.
- e) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar ao agressor, por exemplo, a obrigatoriedade de comparecimento a programas de recuperação e reeducação, bem como acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

77. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) busca garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. De acordo com o Estatuto:

- a) O conceito de discriminação racial é amplo, não se restringindo apenas à raça e à cor, abrangendo também a descendência e a origem nacional.
- b) A população negra é o conjunto de pessoas declaradas como pretas ou pardas conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE.
- c) Os programas de ação afirmativa constituem-se em políticas públicas e privadas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

d) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é indicado e sugerido o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil.

e) Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística, inclusive em filmes e programas que abordem especificidades de determinados grupos étnicos.

78. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) busca assegurar todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Sobre os direitos assegurados e mecanismos aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) São consideradas idosas as pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) e anos.
- b) Os alimentos devem ser prestados ao idoso na forma da lei civil, sendo a obrigação alimentar subsidiária.
- c) Os programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recurso públicos, devem reservar, pelo menos, 5% (cinco por cento) das unidades para atendimento aos idosos.
- d) Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos, exceto em caso de emergência.
- e) Para postular direitos próprios, o idoso, ainda que enfermo, deverá comparecer pessoalmente aos órgãos públicos.

79. O Estatuto da Pessoa com Deficiência representa um marco na abordagem social e jurídica do portador de deficiência física ou mental. Considerando o Estatuto, pode-se afirmar corretamente:

- a) A pessoa com deficiência é aquela que apresenta impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.
- c) A pessoa com deficiência e seu acompanhante têm direito a atendimento prioritário, especialmente a fim de receber a restituição do imposto de renda e na tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.
- d) O ato de praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é crime, punível com detenção de 1 a 3 anos e multa.
- e) Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem é crime punível com reclusão de 6 meses a 2 anos e multa.

80. O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) busca regular a situação jurídica desse grupo, com a finalidade de preservar a cultura e de integrá-los, de forma progressiva e harmoniosa, na sociedade nacional. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Cumpre apenas à União e aos órgãos da administração indireta, nos limites de suas atribuições, estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação.
- b) A comunidade indígena ou grupo tribal refere-se ao conjunto de famílias ou comunidades índias que vivem em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional.

c) O exercício dos direitos civis e políticos pelo índio depende da verificação das condições especiais definidas no Estatuto e na legislação pertinente.

d) Serão respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios, ainda que optem pela aplicação do direito comum.

e) Os índios e as comunidades indígenas, integrados ou não à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido no Estatuto.

DIREITO AMBIENTAL

Luiz Carlos Oliveira

81. Dentre as teorias éticas ambientais, a visão antropocêntrica prevista na CF/88 tem como característica essencial a ideia de:

- a) o meio ambiente ser apenas um instrumento para satisfação das necessidades humanas, com proteção instrumental dos bens ambientais.
- b) o homem e os demais seres vivos integrantes do meio ambiente estarem no mesmo patamar.
- c) as normas devem proteger todos os sistemas bióticos e abióticos, independentemente de ter forma humana.
- d) supervalorização do meio ambiente em si mesmo considerado independentemente de qualquer interesse humano.
- e) as normas serem destinadas a ecosfera.

82. A Lei 14.119/2021 institui mecanismos para a implementação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – PNPSA definindo serviços ambientais como as atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos, sendo considerado pagamento por serviços ambientais transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. Esse normativo visa regulamentar o princípio do (a):

- a) prevenção
- b) precaução
- c) usuário-pagador
- d) protetor-recebedor
- e) poluidor-pagador

83. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza :

- a) subjetiva, baseada na teoria do risco integral.
- b) objetiva, lastreada na teoria do risco integral.
- c) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, sendo prescritível.
- d) subjetiva, independentemente da análise do elemento subjetivo do tipo.
- e) subjetiva, devendo ficar comprovado o dolo ou a culpa do infrator quanto ao dano perpetrado, sendo imprescritível.

84. Em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, dentro de um imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, devendo o proprietário/possuidor recompor um raio mínimo, em metros, de:

- a) 10
- b) 15
- c) 20
- d) 25

e) 40

85. São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, previstos expressamente na Lei 9.433/97, exceto:

- a) os Planos de Recursos Hídricos.
- b) o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água.
- c) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
- d) a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- e) o Sistema de Informações sobre Meio Ambiente - SIMA.

86. Mélvio matou espécimes da fauna silvestre sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, nessas circunstâncias, em relação ao delito ambiental por ele cometido, é correto afirmar que:

- a) a conduta é classificada como uma contravenção.
- b) não cabe transação penal, tendo em vista tratar-se de crime cuja pena máxima ultrapassa 2 anos.
- c) se o delito tiver sido praticado por Mélvio durante a noite, deve o juiz reconhecer a circunstância agravante quando da dosimetria da pena.
- d) a pena de Mélvio deve ser aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.
- e) se o crime for cometido em unidade de conservação da natureza a competência para processamento e julgamento é da justiça federal.

87. Com base na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o prazo prescricional referente à pretensão da Administração Pública de promover a execução e prescrição da multa por infração ambiental é de:

- a) 3 anos, contados do término do processo administrativo.
- b) 5 anos, contados da decisão administrativa que confirmou o auto de infração.
- c) 2 anos, contados da inscrição do débito em dívida ativa do ente federativo.
- d) 5 anos, contados do término do processo administrativo.
- e) 3 anos, contados da inscrição do débito em dívida ativa do ente federativo.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

88. Dentre as partes que compõe o relatório médico-legal, uma delas corresponde ao visum et repertum, ou seja, o perito colocará a termo tudo o que encontrou durante a realização da perícia. Referido trecho corresponde à/ao:

- a) histórico.
- b) preâmbulo.
- c) exposição.
- d) resposta aos quesitos.
- e) discussão.

89. Um cadáver foi encontrado com uma lesão produzida por projétil de arma de fogo, cujas características demonstram que o disparo aconteceu à longa distância. Dentre as características analisadas, aquela que não estará presente é:

- a) a orla de escoriação.
- b) a zona de tatuagem.
- c) a auréola equimótica.
- d) a orla de enxugo.
- e) o orifício de entrada com diâmetro menor que o do projétil.

90. Nas asfixias, os sinais externos atípicos são aqueles que se manifestam em outras formas de morte que não o afogamento e que o cadáver permanece por qualquer motivo submerso por algum período de tempo. Dentre esses sinais, o Sinal de Bernt refere-se à:

- a) retração dos testículos.
- b) maceração epidérmica.
- c) pele anserina.
- d) destruição por animais da fauna aquática.
- e) lesões de arrasto.

91. Após diligências em um cemitério clandestino, foi encontrado em cadáver em estado de decomposição que apresentava desenho vascular típico devido à grande pressão exercida contra a pele, referido fenômeno é denominado _____ e surge no período _____.

- a) Mancha verde abdominal - enfisematoso.
- b) Circulação Pós-tum de Brouardel – cromático.
- c) Mancha verde abdominal - coliquativo.
- d) Maceração – cromático.
- e) Circulação Pós-tum de Brouardel – enfisematoso.

92. O crack tem um efeito muito semelhante ao da cocaína, entretanto possui poder maior de viciar e produzir danos a corpo humano. Ele é constituído da pasta base da cocaína, como um subproduto, e por isso é muito mais usado entre os viciados de poder aquisitivo reduzido. Dentre os efeitos causados pelo crack, não podemos apontar:

- a) Irritabilidade.
- b) Retração das pupilas.
- c) Alucinações.
- d) Agressividade.
- e) Ansiedade.

93. O frotteurismo é um transtorno sexual que caracteriza:

- a) o impulso obsessivo à excitação dos órgãos genitais.
- b) a atração por bonecas.
- c) o culto exagerado pelo próprio corpo.
- d) a excitação sexual intensa do indivíduo ao se esfregar em uma pessoa que não consentiu a esse ato.
- e) o prazer pelo sofrimento físico do parceiro.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

94. Levando em conta os diversos tópicos da Criminologia, assinale a alternativa correta:

I Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.

II A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

III O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.

IV A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

95. Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) Clássica se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Raffaele Garofalo.
- c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.
- d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Criminogênese.
- e) Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

96. Segundo os estudos da Vitimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.
- b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).
- c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminosa do delinquente, como no caso do momento do estupro.
- d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que algum ente próximo foi vítima de assalto.
- e) O dano moral suportado por vítima de calúnia, difamação ou injúria caracteriza a chamada vitimização indireta.

97. Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas se criminosos.
- b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.
- c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.
- d) São manifestações do controle social informal o conselho tutelar, igreja, delegado de polícia, família.
- e) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

98. Sobre a estatística criminal e sua subdivisão a partir de cifras ou cores, assinale a alternativa correta.

- a) Crimes de cifra cinza relacionam-se aos casos em que foram efetivamente solucionados, seja para absolver ou condenar o acusado, mediante decisão transitada em julgado.
- b) Crimes de cifra dourada estão ligados à ideia de delitos praticados pelas classes menos favorecidas economicamente, ou seja, por mais pobres. da reação social dos aparelhos de controle social e dos processo de rotulação, elaborada pela teoria interacionista.
- c) Os delitos de cifra rosa estão relacionados aos delitos de motivação homofóbica.
- d) Os crimes de cifra amarela alcançam os delitos praticados por particulares, desde que praticados contra o meio ambiente.
- e) A cifra oculta relaciona-se com os delitos que são levados formalmente ao conhecimento das autoridades públicas competentes.

99. Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

- a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.
- b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.
- c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.
- d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.
- e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delinquente. Praticando o delito estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

100. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

- I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.
- II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.
- III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.
- IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos.
Assinale a alternativa correta:
 - a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
 - b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
 - c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
 - d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
 - e) Somente a alternativa I é verdadeira.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-Delegado-10-04>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
